PROJETO DE LEI Nº de 2017

(Do Sr. WILSON FILHO)

Altera a Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal para modificar a redação do artigo 394-A da citada Lei.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera a Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal para modificar a redação do artigo 394-A

Art. 2º. O artigo 394-A da Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 394-A. Os processos que apurem a prática de crime hediondo serão julgados no prazo máximo de cinco anos”.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A lista dos crimes hediondos, previstos na Lei 8.072 de 25 de julho de 1990, inclui os seguintes delitos: homicídio , lesão corporal de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte, latrocínio, extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante sequestro, estupro, estupro de vulnerável, epidemia com resultado morte , falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais e favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável .

A fixação de um lapso temporal para o julgamento de crimes de tamanho impacto para a sociedade, decerto, desestimulará a prática de tais crimes, porque um dos fatores que reforça a onda de criminalidade vivida no país

é a sensação de impunidade: “como a Justiça brasileira é lenta, nunca serei julgado e condenado”.

Definir o termo “prioridade de tramitação” e estabelecer o prazo máximo de cinco anos para levar a julgamento aquele que cometer crime hediondo protege a sociedade, que obterá do Poder Judiciário, num prazo razoável e preciso, uma resposta sobre a atuação criminosa.

Nesse diapasão, a alteração legislativa mostra-se benéfica, pois oferece à sociedade um prazo concreto para o julgamento de quem comete os mais graves crimes do nosso sistema penal.

Por essas razões, tomamos a presente iniciativa, esperando contar com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado Wilson Filho